

Processo Seletivo – 012/2025

Organizadora:



Tipo 1

ARQUITETO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **20** questões, numeradas de **1 a 20**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **2h30min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

A NBR 10068 estabelece as condições exigíveis para o leiaute e as dimensões de folhas de desenho técnico. O correto uso desses padrões é fundamental para a organização e legibilidade dos projetos. Sobre o leiaute e as dimensões das folhas de desenho, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__)As folhas da série "A", como A0, A1, A2, A3 e A4, devem ser dobradas até as dimensões do formato A4 para facilitar o arquivamento.

(__)Em uma folha de desenho, a margem do lado esquerdo deve ter 25 mm, enquanto as demais margens (direita, superior e inferior) devem ter 10 mm.

(__)A legenda, que contém as informações do projeto, deve ser posicionada no canto superior direito da folha de desenho.

(__)As marcas de centro devem ser indicadas por traços finos, que ultrapassam as linhas de limite do formato em aproximadamente 5 mm.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, F, V, F.
- (D) V, V, F, V.

Questão 02

No desenvolvimento de um projeto de paisagismo para uma praça pública em uma região de clima quente, a seleção de espécies vegetais e a especificação de materiais para pisos e mobiliário são cruciais para o conforto dos usuários e a sustentabilidade do espaço. Visando mitigar o efeito de ilha de calor urbana e garantir a durabilidade do projeto, qual combinação de técnicas e materiais seria mais adequada?

- (A) Empregar pavimentação asfáltica em todas as áreas de circulação para maior durabilidade e optar por espécies vegetais de pequeno porte para não obstruir a iluminação pública noturna.
- (B) Especificar pisos de coloração escura, como granito polido preto, para absorver o calor e liberá-lo lentamente à noite, combinado com o uso extensivo de gramados sintéticos para reduzir a manutenção.
- (C) Utilizar pisos de alta refletância solar (albedo elevado), como concreto claro ou blocos intertravados de cores claras, e priorizar o plantio de árvores de copa densa para sombreamento.
- (D) Priorizar o uso de decks de madeira sem tratamento em todas as áreas de estar e circulação e selecionar exclusivamente palmeiras como vegetação principal devido à sua resistência a climas quentes.

Questão 03

O Diário de Obras é um documento fundamental para o registro de todas as ocorrências relevantes durante a execução de uma obra pública. Sua correta elaboração e preenchimento são responsabilidades do fiscal do contrato e da empresa contratada. Considerando a importância e a finalidade do Diário de Obras, analise as afirmativas a seguir.

I.O Diário de Obras serve como um registro cronológico oficial para documentar fatos como início e término de etapas, condições climáticas, presença de mão de obra e equipamentos, e ordens de serviço.

II.O fiscal do contrato deve utilizar o Diário de Obras para registrar determinações, solicitações de providências e comunicações formais à contratada, possuindo valor jurídico como prova documental.

III.É vedado o registro de acidentes de trabalho ou de problemas de segurança no Diário de Obras, pois tais ocorrências devem ser tratadas exclusivamente em relatórios específicos de segurança do trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.

Questão 04

A Lei nº 14.133/2021 estabelece novas modalidades de licitação e critérios de julgamento para contratação de obras e serviços de engenharia. Um município pretende contratar a elaboração de um projeto executivo de arquitetura para um novo centro cultural, sendo o projeto de natureza predominantemente intelectual e criativa. A administração não possui todos os elementos para definir com precisão o objeto e busca a melhor solução técnica. Qual modalidade de licitação é a mais adequada para essa situação?

- (A) Concurso, com critério de julgamento de melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (B) Leilão, com critério de julgamento de maior lance.
- (C) Concorrência, com critério de julgamento de menor preço.
- (D) Pregão, com critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

Questão 05

Durante a elaboração do orçamento de uma obra pública de edificação, um arquiteto servidor público se depara com a necessidade de orçar um serviço não previsto nas tabelas de referência SINAPI ou SEINFRA. Para este item específico, será necessário criar uma Composição de Preço Unitário (CPU) detalhada. De acordo com as boas práticas de orçamentação e a metodologia empregada pelos sistemas de referência, qual procedimento deve ser adotado para garantir a precisão

e a auditabilidade desta nova composição?

- (A) Utilizar os custos e coeficientes do serviço mais caro presente na tabela SINAPI, aplicando um redutor de 15% para compensar possíveis superestimativas.
- (B) Adotar o preço de um serviço similar de uma planilha orçamentária de outra obra já concluída, reajustando o valor total pela inflação do período.
- (C) Estimar um valor global para o serviço com base na experiência profissional, sem a necessidade de detalhar os insumos e coeficientes, desde que o valor seja justificado em um relatório anexo.
- (D) Realizar uma pesquisa de mercado para os insumos (materiais, mão de obra e equipamentos), adotar os coeficientes de produtividade de serviços similares existentes e documentar todas as fontes e memórias de cálculo.

Questão 06

O Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), instituído pela Lei nº 12.378/2010, é o documento que define os responsáveis técnicos por um empreendimento de arquitetura e urbanismo. Sobre as características e obrigações relativas ao RRT, analise as afirmativas a seguir.

I.O RRT deve ser efetuado pelo profissional habilitado antes do início da atividade técnica, mesmo que não haja contrato escrito para a prestação dos serviços.

II.A baixa do RRT de execução de obra pode ser requerida pelo arquiteto e urbanista a qualquer momento, e sua efetivação desobriga o profissional de qualquer responsabilidade técnica por fatos ocorridos após a data da baixa.

III.É considerada infração ético-disciplinar a prática de registrar um RRT para uma atividade que o arquiteto e urbanista não tenha efetivamente realizado, caracterizando o que é conhecido como "acobertamento profissional".

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.

Questão 07

A Lei Complementar nº 18/2012 de São João do Oeste/SC regula o parcelamento do solo, estabelecendo requisitos técnicos e urbanísticos para loteamentos. No que tange aos requisitos para novos loteamentos convencionais, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(___)O proprietário da gleba a ser loteada deve ceder ao Município, sem ônus, uma porcentagem de no mínimo 35% da área total, destinada ao sistema de circulação, equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público.

(___)Dentro da área cedida ao município, a porcentagem mínima destinada a áreas verdes e espaços livres de uso público é de 8% da área a lotear.

(___)As vias de circulação de um novo loteamento que constituírem prolongamento de outras já existentes não poderão ter largura inferior à da via que se prolonga, mesmo que sua categoria funcional seja inferior.

(___)Os lotes de esquina em novos loteamentos deverão ter suas áreas mínimas acrescidas em 10% em relação ao mínimo exigido para a zona em que se localizam.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 08

A ABNT NBR 15220-5 estabelece o zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para a adequação do desempenho térmico de edificações. Essa norma é fundamental para projetos que visam o conforto ambiental e a eficiência energética. Considerando as recomendações da NBR 15220-5 para a Zona Bioclimática 8, que abrange grande parte do território nacional com clima quente e úmido, analise as afirmativas a seguir.

I.Para a Zona Bioclimática 8, uma das principais estratégias bioclimáticas recomendadas é a ventilação cruzada permanente.

II.Recomenda-se o uso de vedações externas e coberturas com alta capacidade térmica, a fim de retardar a entrada de calor durante o dia e liberá-lo para o ambiente interno durante a noite.

III.A norma sugere que as aberturas para ventilação sejam de tamanho médio a grande e que se utilize sombreamento para todas as aberturas, principalmente nas orientações Norte, Leste e Oeste.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 09

No exercício da profissão, o arquiteto e urbanista pode se deparar com situações que exigem a emissão de pareceres técnicos, especialmente em contextos de litígio ou avaliação de trabalhos de outros profissionais. A conduta nesses cenários é estritamente regulada pelo Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Em uma situação que demande a emissão de um parecer técnico, qual postura o profissional deve adotar para cumprir suas obrigações

éticas?

- (A) Deve condicionar a emissão do parecer à concordância prévia do autor do projeto original, independentemente da natureza da solicitação ou do contexto de litígio.
- (B) Deve abster-se de emitir o parecer caso o trabalho em análise seja de um profissional com reputação consolidada, a fim de evitar conflitos corporativos.
- (C) Deve priorizar os interesses do contratante que solicitou o parecer, utilizando seu conhecimento técnico para construir uma argumentação que o favoreça no litígio.
- (D) Deve agir com imparcialidade, interpretando com rigor técnico e inteira justiça as condições dos contratos, os fatos pertinentes e os documentos normativos existentes.

Questão 10

Um arquiteto fiscal de um contrato de obra pública, regido pela Lei nº 14.133/2021, identifica a necessidade de um acréscimo quantitativo no objeto contratado. A alteração é tecnicamente justificada, mas o valor do acréscimo ultrapassa os limites percentuais estabelecidos pela lei para alterações unilaterais. Nesse cenário específico, qual é a única possibilidade legal para que o aditivo contratual seja formalizado?

- (A) A realização de uma nova licitação para o trecho excedente, mantendo o contrato original inalterado até a sua conclusão.
- (B) A autorização da alteração por ordem de serviço do fiscal do contrato, registrando o fato em diário de obras para posterior regularização contábil.
- (C) A anulação do contrato original e a abertura de um novo processo licitatório que contemple o objeto inicial acrescido das novas quantidades.
- (D) A celebração de um termo aditivo por acordo entre as partes, desde que a alteração não transfigure o objeto original do contrato e seja devidamente justificada nos autos do processo administrativo.

Questão 11

A norma de desempenho ABNT NBR 15575-1 estabelece requisitos gerais para o desempenho de edificações habitacionais, abordando aspectos de sustentabilidade, como a durabilidade de sistemas. Acerca das diretrizes de Vida Útil de Projeto (VUP) contidas nesta norma, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) A Vida Útil de Projeto (VUP) é o período estimado de tempo para o qual um sistema é projetado a fim de atender aos requisitos de desempenho, contanto que seja cumprido o programa de manutenção.

(__) A norma estabelece um valor mínimo de VUP de 60 anos para sistemas estruturais, como fundações, pilares e vigas.

(__) Sistemas de vedações verticais internas, como

paredes de gesso acartonado, devem possuir uma VUP mínima de 40 anos.

(__) A VUP de um sistema não pode ser afetada pelas condições de uso e exposição, sendo uma característica intrínseca dos materiais especificados em projeto.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, F, F.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, F, V, V.

Questão 12

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) prevê diversos instrumentos de política urbana para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Dentre eles, o direito de preempção é uma ferramenta estratégica para o poder público municipal. Considerando as disposições do Estatuto da Cidade sobre o direito de preempção, analise as afirmativas a seguir.

I. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, devendo as áreas de incidência serem delimitadas em lei municipal baseada no plano diretor.

II. O prazo de vigência do direito de preempção fixado em lei municipal não poderá ser superior a dez anos, sendo vedada a renovação.

III. Uma vez notificado pelo proprietário sobre a intenção de alienar o imóvel, o Município terá o prazo máximo de sessenta dias para manifestar por escrito seu interesse na compra.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) I apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 13

O Plano Diretor Participativo de São João do Oeste/SC visa ordenar o espaço urbano para propiciar um desenvolvimento integrado, incluindo a melhoria da qualidade de vida da população. Um aspecto fundamental desse desenvolvimento é a garantia da acessibilidade. Acerca dos projetos de infraestrutura relacionados à acessibilidade e mobilidade, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) A implantação de passeios públicos conforme a Lei de Acessibilidade é um dos projetos previstos pela política de desenvolvimento da infraestrutura do município.

(__) O município pode aplicar o instrumento do direito de preempção para adquirir imóveis com o objetivo de

implantar equipamentos urbanos e comunitários, o que pode incluir melhorias de acessibilidade.

() O Plano Diretor do município não prevê a criação de espaços públicos de lazer, que são essenciais para a mobilidade e o acesso universal.

() A gestão orçamentária participativa é um instrumento de gestão que permite à população influenciar na definição de prioridades, como obras de acessibilidade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 14

O Código de Edificações de São João do Oeste/SC estabelece normas técnicas para a execução de obras, incluindo a obrigatoriedade e as especificações para a instalação de tapumes e andaimes. Acerca das disposições sobre esses elementos de proteção, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() A colocação de tapume é obrigatória em toda a testada do lote para obras de edifícios com mais de 2 (dois) pavimentos, independentemente de seu afastamento do logradouro público.

() Nas edificações afastadas menos de 3,00m do alinhamento, a faixa do passeio ocupada pelo tapume pode exceder a metade da largura do passeio, desde que não ultrapasse 2,00m.

() O uso de andaime de proteção do tipo "bandeja salva-vidas" é obrigatório para edifícios com 4 (quatro) ou mais pavimentos.

() Após a paralisação de uma obra por um período superior a 180 (cento e oitenta) dias, os tapumes devem ser recuados até o alinhamento e os andaimes, retirados.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, V, F.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 15 a 17.

Cabeça Cheia: o Que Fazer para se Livrar da Sobrecarga Mental?

Você já sentiu que sua cabeça está a ponto de explodir? Pois saiba que nosso cérebro realmente tem um limite.

Imagine que ele é um HD. Não dá para colocar dados à vontade nele. Há uma capacidade a partir da qual não só o HD começa a ficar mais lento, como, se tentarmos colocar mais dados do que ele é capaz de suportar, aparecerá uma mensagem "capacidade máxima atingida".

Vivemos em um mundo que espera que estejamos sempre disponíveis e produtivos. Ao mesmo tempo, cobramos de nós que estejamos 100% do tempo conectados. É a ideia por trás do FOMO – da sigla em inglês '*fear of missing out*', que pode ser traduzido por algo como 'e se eu perco algo'? O resultado é que temos tratado o nosso cérebro como se ele fosse um poço sem fundo. E ele não é. Não por acaso um significativo número de pessoas anda se sentindo mentalmente exausta, sem energia, impaciente, mal-humorada, com pouca capacidade de se concentrar, mais dificuldade de tomar de decisões e de pensar com clareza.

Isso é o que chamamos de sobrecarga mental: um estado em que o cérebro se vê tão sobrecarregado que ultrapassa a sua capacidade de processamento. Logicamente, isso impacta não apenas as funções cognitivas (a memória é uma das primeiras coisas a falhar) como o corpo físico – daí a sensação de exaustão, de que "eu não aguento". Que fique claro: sobrecarga mental não é a mesma coisa que *burnout*, embora as coisas estejam ligadas. Enquanto no *burnout* a exaustão é geral – emocional, mental e física -, a sobrecarga mental afeta fundamentalmente a parte cognitiva.

<https://forbes.com.br/forbessaude/2025/09/cabeça-cheia-o-que-fazer-para-se-livrar-da-sobrecarga-mental/> fragmento

Questão 15

"Vivemos em um mundo que espera que estejamos sempre disponíveis e produtivos. Ao mesmo tempo, cobramos de nós que estejamos 100% do tempo conectados."

Considerando a regência verbal analise as afirmativas a seguir:

I.O verbo 'esperar' está empregado como transitivo direto, com complemento direto sem preposição.

II.O verbo 'cobrar' está empregado como transitivo indireto, sem a presença de complemento direto, sendo 'de nós' o termo que exerce a função de objeto indireto, introduzido por preposição.

III.O verbo 'viver' está empregado como transitivo bitransitivo, sendo o objeto indireto a expressão 'em um mundo' e o objeto direto a oração 'que espera que estejamos sempre disponíveis e produtivos'.

IV.O verbo 'estar', na primeira ocorrência, atua como verbo de ligação, apresentando dois adjetivos exercendo a função de predicativo do sujeito.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e IV apenas.
- (B) II apenas.

- (C) II e III apenas.
(D) I e IV apenas.

Questão 16

"Não por acaso um significativo número de pessoas anda se sentindo mentalmente exausta, sem energia, impaciente, mal-humorada, com pouca capacidade de se concentrar, mais dificuldade de tomar de decisões e de pensar com clareza."

Identifique a alternativa que apresenta todos os vocábulos grafados corretamente com hífen, assim como o vocábulo 'mal-humorado'.

- (A) passa-tempo e arco-íris.
(B) marca-passo e para-choque.
(C) manda-chuva e recém-casado.
(D) água-marinha e auto-escola.

Questão 17

"Não dá para colocar dados à vontade nele. Há uma capacidade a partir da qual não só o HD começa a ficar mais lento, como, se tentarmos colocar mais dados do que ele é capaz de suportar, aparecerá uma mensagem "capacidade máxima atingida".

Quanto à análise sintática do trecho acima, marque com (V) as afirmativas verdadeiras e com (F) as falsas:

() No trecho 'Há uma capacidade', o verbo 'haver' é impessoal, usado com sentido de 'existir', sendo o termo 'uma capacidade' o sujeito da oração.

() A oração 'se tentarmos colocar mais dados do que ele é capaz de suportar' é uma oração subordinada completiva nominal.

() A expressão 'uma mensagem' exerce a função de objeto direto do verbo 'aparecer', que está empregado como transitivo direto.

() O verbo 'colocar' está empregado como verbo bitransitivo, apresentando tanto o objeto direto quanto o objeto indireto de forma explícita no trecho.

A sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, V.
(B) F, F, F, V.
(C) V, V, V, F.
(D) V, V, F, F.

Conhecimentos Gerais

Questão 18

Sobre a perda do cargo pelo servidor estável, de acordo com Art. 15 da Lei Orgânica de São João do Oeste (SC), assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

() Pode ocorrer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

() Pode ocorrer por processo administrativo, desde que assegurada ampla defesa.

() Pode ocorrer mediante avaliação periódica de desempenho, com garantia de ampla defesa.

() Pode ocorrer por decisão unilateral do prefeito, sem necessidade de processo administrativo.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V e F.
(B) V, V, F e V.
(C) F, V, V e V.
(D) F, V, V e F.

Questão 19

Sobre a colonização de São João do Oeste-SC, assinale a alternativa correta.

- (A) Os colonos do Rio Grande do Sul tiveram papel fundamental no processo de aquisição de terras e ocupação da região.
(B) A primeira comunidade formada no município foi a sede, já no ano de 1920, por colonos vindos diretamente da Alemanha.
(C) O abastecimento dos primeiros habitantes ocorria, principalmente, por estradas já estruturadas pelo governo estadual.
(D) A falta de rios dificultou a sobrevivência dos colonizadores, que dependiam exclusivamente de poços profundos.

Questão 20

Em 2025, o governo federal atualizou as regras de transição para beneficiários do Bolsa Família. Uma delas permite que famílias com renda per capita superior a R\$ 218 continuem no programa por até 12 meses, sob certas condições. Com base nessa mudança, assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as famílias beneficiárias terão o benefício cortado imediatamente se a renda ultrapassar R\$218.
(B) Se uma família ultrapassar esse limite, poderá continuar no programa por até 12 meses, recebendo 50% do valor do benefício, desde que sua renda per capita não passe de R\$706.
(C) Famílias que ultrapassarem esse limite de R\$218 por pessoa não terão mais nenhum direito ao benefício.
(D) As novas regras só valem para famílias que entram no programa, não para quem já é beneficiário.